

## A CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS PRAGMÁTICOS PUBLICADOS PELA TIPOGRAFIA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Márcio Mota Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo abordar os usos na Capitania de Minas Gerais dos livros pragmáticos publicados pela Casa Tipográfica do Arco do Cego, sendo nosso recorte temporal o fim do século Setecentista e início do posterior. Entre 1799 e 1801, a tipografia lisboeta publicou mais de 80 títulos, os quais deveriam ser responsáveis por inserir as Luzes no além-mar e, principalmente, reanimar a economia colonial no que toca à agricultura e suas indústrias. Apesar das diversas remessas, os resultados não foram os esperados e a tipografia fechou suas portas pouco mais de dois anos após sua inauguração. Suas obras, no entanto, foram utilizadas por vários letrados coloniais, os quais colocaram em prática diversos ensinamentos.

**Palavras-chave:** Brasil, Livros, Tipografia portuguesa, Arco do Cego, Minas Gerais.

**Abstract:** The article approaches the uses in the Captaincy of Minas Gerais of pragmatic books published by the Casa Tipográfica do Arco do Cego, and our focus is the end of the eighteenth and first years of next century. Between 1799 and 1801, this Lisbon typography published more than 80 titles, which would be responsible for entering the Lights overseas and especially revive the colonial economy in relation to agriculture and industries. Despite several shipments, the results were not as expected and the typography has closed just over two years after its opening. His book, however, have been used for several colonial learned, which put into practice various teachings.

**Keywords:** Brazil, Books, Portuguese Typography, Arco do Cego, Minas Gerais

“Sem livros não há instrução”

Frei José Mariano da Conceição Veloso

Em agosto de 1799 a Casa Tipográfica do Arco do Cego deu início a impressão de seu primeiro livro, a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros (...)*.<sup>2</sup> Essa obra, de claro cunho pragmático, refletia a máxima proferida em certa ocasião por frei Veloso de eram necessários instrumentos – no caso livros – para que a população fosse instruída a colocar em prática novos saberes que seriam responsáveis por dinamizar, sobretudo, a cultura agrária nas Colônias. A impressão do primeiro livro naquela casa tipográfica talvez fosse vista também como sendo o prelúdio da consolidação das atividades advindas da Ilustração naquela Nação, processo este que teve início ainda na década de 70 daquele século com as reformas que promoveram a laicização de sua educação superior. Tão rápida quanto foi impressão desta *Memória* foram as impressões de tantas outras semelhantes a esta; mas com a mesma rapidez

---

<sup>1</sup> Doutorando em História UFMG, Orientado pela Profª. Júnia Ferreira Furtado. Endereço eletrônico do autor: [drmmota@yahoo.com.br](mailto:drmmota@yahoo.com.br). Esta pesquisa conta com apoio do CNPq.

<sup>2</sup> CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de escolher, e ensacar, etc., em que se propõem alguns planos novos para o seu melhoramento*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799.

a tipografia que nasceu próspera e promissora fechou suas portas com justificativas que ainda são discutidas no meio acadêmico, ainda que mais de 200 anos tenham se passado.

Nos seus 28 meses de funcionamento (de agosto de 1799 a dezembro de 1801), o Arco do Cego realizou a impressão de quase uma centena de títulos, muitos escritos por portugueses, outros por luso-brasileiros, e outras tantas obras de origem estrangeira, sobretudo franceses e ingleses, os quais foram traduzidos.

Grande parte do projeto português de adesão ao Iluminismo (leia-se a adoção das práticas científicas enquanto caminho para a readequação da economia, sobretudo na área agrícola e na indústria que desta advinda) foi conduzida pelo então Secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar, dom Rodrigo de Sousa Coutinho. É importante lembrar que se na metrópole uma nova tipografia buscava consolidar os estudos realizados por Portugal, do outro lado do Atlântico outras iniciativas igualmente propostas por dom Rodrigo eram responsáveis por alimentar esta mesma tipografia e outras instituições com enormes quantidades de produtos naturais dos três Reinos da natureza, e por outros artefatos, sobretudo indígenas, pouco conhecidos no velho mundo e que eram recebidos com ávida curiosidade, além de estudos e outras observações acadêmicas.<sup>3</sup>

Um naturalista luso-brasileiro foi o responsável por conduzir o Arco do Cego em seus poucos meses de atividade. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), nascido na vila de São José del-Rei e batizado como José Velloso Xavier foi um religioso franciscano que para sua sorte ficou mais conhecido pelas pesquisas em botânica que realizava do que pelo seu parentesco com Joaquim José da Silva Xavier, do qual era primo. Autodidata e possuidor de um vasto conhecimento em botânica conquistou a confiança do Vice-Rei do Brasil, dom Luis de Vasconcellos e Sousa, que o levou para Portugal; e de dom Rodrigo, o verdadeiro responsável por sua condução ao cargo de editor e diretor da nova casa tipográfica. Entre sua chegada a Lisboa e o início das atividades da Casa do Arco do Cego, frei Veloso atuou enquanto compilador e tradutor de memórias que pudessem ser interessantes para realizar os tão desejáveis melhoramentos para os “estabelecimentos do Brasil”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Na América portuguesa o estabelecimento de hortos e jardins botânicos – muitos dos quais conduzidos por naturalistas luso-brasileiros – foi o responsável pelo abastecimento das grandes quantidades de amostras exóticas de minerais, pela permuta de exemplares botânicos e também pelo envio de animais, vivos e empalhados, os quais eram centralizados, sobretudo, nas instituições científicas de Lisboa. Muitos naturalistas luso-brasileiros exerceram atividades semelhantes em África sem, no entanto, contarem com hortos e jardins, os quais foram restritos à colônia americana. De todas as Colônias africanas, apenas São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau não receberam visitas de naturalistas luso-brasileiros no final do período mariano e início do joanino.

<sup>4</sup> GALVES, Marcelo Cheche. “Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013, p. 2, *apud* LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa:

Atrelada ao ideal de Iluminismo, os letrados portugueses acreditavam que a prosperidade econômica da Nação e de seus domínios poderia ser reanimada a partir das pesquisas científicas, fossem elas em novos horizontes da mineralogia, na botânica ou mesmo no aperfeiçoamento da agricultura. E de fato apostaram nessas possibilidades.

A partir de 1782 vários foram os naturalistas enviados às Colônias para que pesquisas fossem realizadas. Não por coincidência, os nomes que compõem o rol de pesquisadores portugueses do final do Setecentos congregam apenas luso-brasileiros. Tal situação pode ser justificada através de vários vieses. Primeiramente, o Brasil era visto como a mais promissora das Colônias; o que justificava a centralização destes investimentos. Ademais, Portugal também sentia a necessidade de trazer para o seio da administração régia uma classe de letrados coloniais do Brasil, tornando-os membros da elite portuguesa e receptores de mercês, o que poderia minimizar o planejamento de outras ações sediciosas como aquela desmembrada nas Minas, em 1789.

E de uma hora para outra frei Veloso se viu em Lisboa, onde desembarcou em 1790, cercado de luso-brasileiros, a maioria concludentes dos cursos universitários de Coimbra que ora o auxiliavam na edição das obras, ora na tradução, ora em sua própria confecção.

No breve período de funcionamento o Arco do Cego publicou pouco mais de 80 títulos, dos quais 36 eram originais de autores luso-brasileiros, 46 eram obras traduzidas e 6 publicações adotavam o latim. Em um período histórico em que a língua latina exercia a predominância nos meios acadêmico e científico, pode-se facilmente perceber a intencionalidade da produção de uma grande quantidade de títulos na língua portuguesa como fator facilitador para a difusão dos conhecimentos ali impressos.

Contudo, a casa tipográfica não resistiu ao tempo. Entrou em colapso através de uma dívida por ela mesma criada. Ao enviar suas centenas ou mesmo milhares de publicações para serem comercializadas no Brasil, esperava receber rapidamente os valores devidos, o que obviamente não acontecia. Em dezembro de 1801 a tipografia do Arco do Cego fecharia suas portas sendo seu patrimônio material transferido para a Tipografia Régia, assim como muitos dos seus funcionários. Frei Veloso somente retornaria ao Brasil junto com a Corte, em 1808, onde daria continuidade às suas pesquisas botânicas.

### **A teoria que se transforma na prática**

Do outro lado do Atlântico, particularmente nas Minas, estavam algumas das outras pontas da rede de sociabilidade acadêmica e intelectual estabelecida no Império português no final do período Mariano. Enquanto Joaquim Veloso de Miranda conduzia suas pesquisas botânicas no entorno de Vila Rica, José Vieira Couto dedicava-se ao estudo dos diamantes e das lavras de ferro da Comarca do Serro. Já João Manso Pereira despendeu anos percorrendo várias léguas entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, onde também realizou pesquisas sobre metalurgia e a exploração de minas de ferro.

Em comum, estes naturalistas interagiram intensamente com Lisboa, seja enviando amostras de suas pesquisas, seja enviando suas memórias, muitas das quais seriam publicadas tão logo lá chegassem.<sup>5</sup> No entanto, de nada adiantaria à Coroa receber os resultados dos estudos solicitados sem, contudo, colocá-los em prática.

E é neste contexto histórico que a Casa Tipográfica do Arco do Cego se destaca. A nova tipografia enquadrava-se perfeitamente na demanda portuguesa que recebia muitos estudos, mas tinha poucos recursos para publicá-los. Ademais, uma nova tipografia própria eliminava o envio dos estudos portugueses à França ou à Inglaterra, os quais certamente se favoreciam do compartilhamento das informações.

As remessas de obras pragmáticas para o Brasil se intensificaram na década de 1790 enquanto fruto dessa política ilustrada. Obras como a “*Memória sobre a reforma dos alambique*”, de João Manso Pereira; e “*Método de preparar a cochonilha*”, de João Procópio Correia da Silva, foram por dom Rodrigo enviadas ao Brasil através de um Ofício no ano de 1798 para se “*espalhar(em) entre os Habitantes do Brazil conhecimentos de que se lhes pudessem seguir vantagens consideráveis*”.<sup>6</sup> Uma lista em anexo ao Ofício descrevia os títulos enviados com suas respectivas quantidades e preços unitários.

Era comum a recomendação de que a autoridade receptaria fizesse “*o uso que melhor [pudesses] corresponder ás benignas Intenções de Sua Magestade para o augmento da Riqueza Nacional*”, ou seja, empregasse tais obras de forma prática, dando-as destinos coerentes de acordo com suas especificidades.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> João Manso Pereira, enquanto exemplo, foi contemplado com duas de suas memórias publicadas pelo Arco do Cego, a saber *Considerações sobre as cinzas do cambará do timbó etc.*, e *Carta sobre a Nitreira Artificial estabelecida na Vila de Santos, da Capitania de São Paulo*, ambos publicados em 1800.

<sup>6</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-283, 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), fls. 1-1v.

<sup>7</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-283, 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), fls. 1-1v.

Além destas duas obras por ora citadas, outras sete compunham a tal lista. Versavam, pois, sobre os mais diversos assuntos, a saber, o cultivo da canela, a produção de tabaco, um ensaio teórico sobre a quina e outros tantos versando sobre a extração do salitre. Além dos impressos, comuns eram as instruções enviadas dentro do corpo do Ofício, os quais muitas vezes pareciam querer reafirmar as solicitações de atividades que aprimorassem a agricultura e a indústria.<sup>8</sup>

Apesar da Casa Tipográfica do Arco do Cego ter sido criada em 1799, apenas em 1801, no mesmo ano em que o Arco do Cego encerrou suas atividades, seus livros começaram a se fazer presentes nas Minas. Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania, tão logo recebeu vários volumes de impressos de Lisboa tratou de despachá-los aos homens de sua confiança. O coronel Carlos José da Silva, por algumas vezes foi receptário destes livros sendo que o mesmo deveria ainda providenciar sua distribuição para alguns oficiais de sua confiança sem, contudo, deixar de remeter “*o seu valor ao Secret<sup>o</sup>. do Gov<sup>o</sup>. p<sup>a</sup>. ser enviado a Secret<sup>a</sup>. de Estado desta repartição*”.<sup>9</sup> Nesta ocasião, seriam transmitidos poucos volumes; apenas dois exemplares do *Manual do Mineralógico* (...), de Bergman, traduzido por frei Veloso;<sup>10</sup> e outros dois exemplares d’*O Fazendeiro do Brasil*, de Frei Veloso, publicado no mesmo ano.<sup>11</sup>

Não obstante as recomendações de restituição dos valores referentes às obras vendidas, ao contrário do que diz Robert Wegner, os livros da Casa do Cego não eram enviados ao Brasil apenas para comercialização.<sup>12</sup> Muitos realmente o foram, mas a maioria tinha enquanto destino as recém criadas instituições de pesquisa das colônias (hortos e jardins botânicos) e as mãos dos naturalistas correspondentes da Universidade de Coimbra, do Jardim Botânico da Ajuda e da Academia de Ciências de Lisboa, os quais estariam habilitados para colocar em prática os novos conhecimentos recebidos. Convém destacar que outros estudos

---

<sup>8</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-283, 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), fls. 3-3v.

<sup>9</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277. Registros de Cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo (1797-1803), fl. 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), fls. 86.

<sup>10</sup> BERGMAN, Torben. *Manual do Mineralógico, ou esboço do Reino Mineral, dispostos segundo a análise química*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

<sup>11</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

<sup>12</sup> WEGNER, Robert. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Vol. 11, 2004, p. 133.

similares apontam a distribuição gratuita dos impressos pragmáticos do Arco do Cego nas Províncias de Santa Catarina e de São Paulo.<sup>13</sup>

No ano seguinte, 1802, uma nova remessa do Governador chegaria às mãos do mesmo coronel e de outras autoridades coloniais.<sup>14</sup> O teor da correspondência em nada diferia daquela enviada no ano anterior, incluindo as recomendações. No entanto, desta vez a remessa era mais volumosa, constando 14 títulos assim distribuídos: 01 *Manual do Mineralógico (...)*, de Bergman;<sup>15</sup> 02 unidades d'*O Fazendeiro do Brasil*, de Frei Veloso;<sup>16</sup> 02 unidades versando sobre a produção de linho e cânhamo;<sup>17</sup> 04 unidades versando sobre o cravo da Índia;<sup>18</sup> 02 unidades do que possivelmente é a *Proposta para uma nova subscrição (...)*, do Conde de Rumford;<sup>19</sup> 02 unidades do *A Ciência das Sombras relativas ao desenho*, de Dupain de Montesson, o qual também foi traduzido por frei Veloso sendo esta uma obra técnica e didática sobre a prática do desenho<sup>20</sup> e um exemplar cujo tema era a cultura do algodão, do luso-brasileiro Manuel Arruda da Câmara.<sup>21</sup>

Sequencialmente a este, outros tantos Ofícios foram enviados aos capitães de vários arraiais e vilas da Capitania como Campanha, Congonhas, Guarapiranga, Piranga, Sabará e Vila Nova da Rainha, dentre outras. Ofícios semelhantes a estes acompanhados de suas respectivas listas também foram encaminhados aos coronéis comandantes dos 2º e 3º Regimentos das Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, respectivamente, de modo que uma simples soma dos conteúdos das listas enviadas pelo Governador Bernardo às

---

<sup>13</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 106.

<sup>14</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277. Registros de Cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo (1797-1803), fl. , 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos (1798), fls. 98.

<sup>15</sup> BERGMAN, Torben. *Manual do Mineralógico, ou esboço do Reino Mineral, dispostos segundo a análise química*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

<sup>16</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

<sup>17</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *Collecção de memorias inglezas sobre a cultura e comercio do linho canamo tiradas de diferentes authores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brazil*. Lisboa : Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

<sup>18</sup> Provavelmente, trata-se do FOURCROY, Antoine-François. *Memória sobre a cultura, a preparação do Girofeito aromático, vulgo Cravo da Índia, nas Ilhas de Bourbon e Cavena*. Lisboa: Officina de João Procópio Correa da Silva, 1798.

<sup>19</sup> RUNFORD, Conde de. *Proposta para uma nova subscrição na Metrópole do Império Britânico uma instituição pública para derramar e facilitar a geral introdução das úteis invenções mecânicas e melhoramentos e para ensinar por meio de cursos de lições filosóficas, e experiências, aos comuns fins da vida*. Lisboa: Officina de Antônio Rodrigues Galhardo, 1799.

<sup>20</sup> MONTESSON, Dupain. *A Ciência das Sombras relativas ao desenho*. Lisboa: Officina de Procópio Correa da Silva, 1799.

<sup>21</sup> CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de escolher, e ensacar, etc., em que se propõem alguns planos novos para o seu melhoramento*. Lisboa: Officina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799.

autoridades regionais nos revela, apenas no ano de 1802, no mínimo, um total de 227 obras de cunho pragmático.<sup>22</sup>

Convém lembrar que este total refere-se a apenas uma sequência das remessas recebidas e transmitidas por Bernardo e que outras Capitanias igualmente receberam os impressos do Arco do Cego, umas em maior quantidade, outras em menor número.<sup>23</sup> Corrobora com esta afirmação o estudo realizado por Marcelo Galves sobre os livros à venda em São Luis do Maranhão no final do Setecentos e primeiros anos século posterior. O pesquisador não só encontrou grande quantidade de impressos pragmáticos, mas muitos destes eram originários do Arco do Cego como a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros (...)*<sup>24</sup> e o *Naturalista instruído (...)*, de Frei Veloso.<sup>25</sup> Galves (2013, p. 10-11), ao indicar os valores das obras oferecidas ao público na Vila de São Luis, possibilitou-nos verificar que tanto no Maranhão quanto nas Minas os títulos eram comercializados pelo mesmo valor.

Em estudo similar para a Capitania de Santa Catarina, Felipe Matos identificou várias outras publicações do Arco do Cego circulando na vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Eram, pois, títulos correntes entre os letrados da ilha o outrora mencionado *O Fazendeiro do Brasil* e o *Discurso sobre o melhoramento do arado*, dentre outros.<sup>26</sup>

A importância de tal constatação demonstra a influência e a abrangência das publicações do Arco do Cego na Colônia americana. Apesar de São Luis e Desterro serem praças políticas e comerciais que perdiam em importância para Vila Rica e, conseqüentemente, possuidoras de uma classe letrada mais restrita, tais vilas não deixaram de ser contempladas com os impressos em questão. Sabe-se igualmente que naquele período histórico os problemas econômicos da Colônia eram diversos, mas podemos supor que com tal distribuição de obras pragmáticas muitas de suas vilas compartilhavam, dentre outros, dos

---

<sup>22</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277, Registro de cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo, (1797-1803), fls. 98-98v.

<sup>23</sup> Sobre a circulação dos impressos e das ideias advindas das publicações do Arco do Cego em outras Capitanias, ver: KURY, Lorelay. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Vol. 11, 2004, p. 109-129; MATOS, Felipe. A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII). *Anais da VII Jornada Setecentista*. Curitiba, 2007; e WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Vol. 11, 2004, p. 133.

<sup>24</sup> CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc.* Lisboa: Oficina Literária da Casa do Arco do Cego, 1799. Esta memória seria reimpressa n' *O Fazendeiro do Brasil*, vol. V, parte I. Lisboa: Imprensa Régia, 1806.

<sup>25</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *Naturalista instruído nos diversos methodos antigos, e modernos de ajuntar, preparar, e conservar produções dos tres reinos da natureza: colligindo de diferentes authores, dividido em vários livros.* Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1800.

<sup>26</sup> NAVARRO, José Gregório de Moraes. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introdução do arado, refôrma das fornalhas, e conservação de suas mattas.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

mesmos problemas econômicos advindos do mal aproveitamento da terra arável e do subdesenvolvimento das indústrias de base rural. Igualmente, as observações sobre alguns dos impressos que circulavam por estas vilas litorâneas nos fornecem a certeza de que o final do período mariano é definido pelos esforços da Coroa portuguesa no aperfeiçoamento das práticas agrícolas, e que tal atitude não se restringiu aos maiores centros urbanos como Rio de Janeiro e Vila Rica.

Obviamente, tais observações não são novidades. Dentre vários autores, Caio Prado Júnior (1974, p. 79-93) foi um dos que também percebeu que o último quartil do século XVIII pode ser definido como sendo o período de *renascimento da agricultura* no Brasil, onde distintas culturas como o algodão, por exemplo, espalharam-se pelo interior favorecido pelo clima seco mais propício para estes cultivos. A mesma cultura do algodão, impulsionada pelos progressos técnicos da Revolução Industrial na Europa, desenvolveu-se de forma significativa em harmonia com outras culturas como a quina ou o chá, do Oriente (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 156).

Algumas das obras enviadas por frei Veloso para o Brasil são, visivelmente, mais numerosas que outras. *O Fazendeiro do Brasil* é, dentre outros, um dos títulos que mais sobressaem nos anexos de correspondências e das demais referências. Em Vila Rica, apenas no biênio 1801-1802 podem ser detectadas 10 unidades desta obra sendo retransmitida por Bernardo.<sup>27</sup> Posteriormente, *O Fazendeiro* teria outros volumes publicados em um claro tom enciclopédico. Dividido em onze volumes publicados entre 1798 e 1806, foi impresso por distintos prelos, de acordo com a oferta e o funcionamento das casas gráficas lisboetas. Abrangendo assuntos diversos, tomava de tudo um pouco nos assuntos agrícolas versando sobre o açúcar, o café, o cravo e outras especiarias passíveis de serem cultivadas no Brasil. Outras obras também se destacaram pelo elevado número de exemplares circulando no Brasil a exemplo de um impresso sobre a cultura do linho e do cânhamo<sup>28</sup> que seria posteriormente incorporado ao *O Fazendeiro do Brasil*, dos quais teriam sido enviados ao Brasil “*mais de duzentos exemplares*”,<sup>29</sup> sendo anotados oito destes exemplares em apenas uma documentação referente às Minas.<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277. Registros de Cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo (1797-1803), fls. 86, 98, 98v.

<sup>28</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *Collecção de memorias inglezas sobre a cultura e comercio do linho canamo tiradas de differentes authores que devem entrar no quinto tomo do Fazendeiro do Brazil*. Lisboa : Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

<sup>29</sup> MATOS, Felipe. “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”. *Anais da VII Jornada Setecentista*. Curitiba, 2007, p. 313, *apud* PERNETTY, Antoine Joseph. “Histoire d’un voyage aux isle Malouines...”. In: HARO, Martim (org.). *Ilha de Santa*



Momentaneamente, podemos excetuar os impressos pragmáticos do Arco do Cego, mas não desconsiderar aquelas editadas, escritas ou traduzidas por frei Veloso, as quais também estiveram presentes de forma acentuada nas livrarias mais cultas da Capitania. Uma simples análise dos acervos livrescos de naturalistas que viviam em Minas naquele período nos revela, por estas paragens, alguns ecos do trabalho do frei impressor.

Um destes naturalistas, Joaquim Veloso de Miranda (1742-1816), era possuidor de duas obras escritas por frei Veloso. Eram elas *O Fazendeiro do Brasil*, que infelizmente foi inventariado sem o tomo ou a data de publicação, pelo qual não podemos identificar se foi impressa no prelo do Arco do Cego; e uma *Alografia vegetal*, escrita por frei Veloso em 1798.<sup>31</sup> Outro naturalista, José Vieira Couto (1752-1827), também era possuidor de uma obra traduzida por frei Veloso. Tratava-se do Manual do Mineralógico,<sup>32</sup> de Bergman, o qual certamente deveria ser de grande valia.<sup>33</sup>

Infelizmente, não encontramos nas livrarias destes pesquisadores nenhuma obra impressa no Arco do Cego, fazendo com que dúvidas sejam suscitadas quanto à distribuição destas obras para as pessoas que realmente poderiam empregá-las. Caso fosse verídica tal constatação, seria uma ótima oportunidade para confirmar a relação entre a casa tipográfica e os tentáculos que, avançando sobre as Colônias, buscavam as possibilidades que estas dispunham e que eram de interesse da Metrópole. Por outro lado, mantém-se a dúvida. Qual teria sido o destino das obras distribuídas por Bernardo, além das autoridades contempladas? Teriam as obras cumprido seu papel fundamental, o de dinamizar e de desenvolver a agricultura e a economia na Capitania?

Apesar dos caixotes com os livros serem periodicamente enviados ao Brasil, não podemos inferir o quanto verdadeiramente foram úteis para as vilas que os receberam ou mesmo se foram lidos em algum momento, possibilidade esta não descartada por Villalta (1998, p. 384) quando o assunto é a prática da leitura nas Minas.

---

Catarina. *Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: EDUFSC/Lunardelli, 1996, p. 106.

<sup>30</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277. Registros de Cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo (1797-1803), fls. 98 e 98v.

<sup>31</sup> VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *Alographia dos Alkalis fixos, Vegetal ou Potassa, Mineral ou Soda e dos seus Nitratos, segundo as melhores memorias estrangeiras, que se tem escripto a este assumpto; debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real Principe do Brazil Nosso Senhor; por Fr. José Marianno de Conceição Velloso, Menor Reformado da Província da Conceição do Rio de Janeiro, etc.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798.

<sup>32</sup> BERGMAN, Torbern. *Manual do Mineralogico; ou, esboço do reino mineral, disposto segundo a analyse chimica, traduzido por Frei Veloso em 1799*. Lisboa: Officina de João Procópio Ferreira da Silva, 1799.

<sup>33</sup> LEITE, Paulo Gomes. “Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto”. In: *Revista Minas Gerais*, nº 27, julho de 1990, p. 26.

Individualmente, os homens letrados das Minas, particularmente aqueles que residiam nas maiores vilas da Capitania, devido ao intercâmbio e as redes de amizade e de compadrio estabelecidas com a Corte poderiam estar habituados ou mesmo cientes das novas tecnologias e conceitos sobre temas como a agricultura e a mineração, ao contrário dos pequenos agricultores não letrados de modo que para os primeiros certamente várias obras seriam interessantes a exemplo dos títulos técnicos utilizadas pelos supracitados naturalistas. Porém, em outras paragens, críticas não foram poupadas nem aos livros que foram classificados inclusive como sendo úteis para *calçar algum pé de mesa mais curto*;<sup>34</sup> e nem às políticas iluministas, as quais seriam supostamente incapazes de serem colocadas em práticas a partir de livros que deveriam ser distribuídos para pessoas incultas. A este quadro somava-se o desleixo por parte da elite agricultora colonial que, segundo Kury (2004, p. 112), *não se interessava pelos novos gêneros de literatura didática voltados para a melhoria da agricultura, das manufaturas e de zootecnia*.

Não podemos descartar a possibilidade de o Governador ter se apropriado de algumas das publicações que poderiam compor sua biblioteca particular ou mesmo a biblioteca do Palácio dos Governadores, a qual foi certa vez classificada como sendo *bela* pelo naturalista austríaco John Emmanuel Pohl quando de sua visita à Vila Rica, em 1820.<sup>35</sup> Obviamente, alguns poucos volumes enclausurados nas estantes do principal Palácio de Vila Rica não seria a causa da derrocada do projeto português, ainda que confirmasse certa interação dos governantes coloniais com as letras, assunto este já pesquisado por Villalta (2001, p. 77-98).

Apesar de vários aportes nos informarem sobre as obras em questão enviadas para as Minas, até o momento não foram localizados maiores dados que façam referências às despesas de suas vendas, para quem foram vendidos e como os moradores do sertão mineiro se apropriaram dos conhecimentos, se é que o fizeram. Contribuem, igualmente, para o silêncio documental sobre a circulação dos impressos do Arco do Cego nas Minas o restrito tempo de publicação e circulação das obras. Das aplicações práticas propostas por Lisboa, algumas poucas foram colocadas em prática. Na verdade, já eram correntes, a exemplo das pesquisas com salitre, produção de pólvora ou mesmo das novas culturas agrícolas, como o algodão, produção esta que também foi alvo da atenção do nosso supracitado Joaquim Veloso de Miranda.

---

<sup>34</sup> CABRAL, Osvaldo. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 91, *apud* MATOS, Felipe. “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”. *Anais da VII Jornada Setecentista*. Curitiba, 2007, p. 311.

<sup>35</sup> POHL, John Emmanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 391.

## REFERÊNCIAS

### 1) Documentos

#### 1.1) Manuscritos

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-283, 1798. Originais de Cartas Régias e Avisos, (1798).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Governo da Capitania, Seção Colonial, SC-277, 1797-1803. Registros de Cartas do Governador a várias autoridades e destas ao mesmo.

#### 1.2) Impressos

BERGMAN, Torben. *Manual do Mineralógico, ou esboço do Reino Mineral, dispostos segundo a análise química*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o método de escolher, e ensacar, etc., em que se propõem alguns planos novos para o seu melhoramento*. Lisboa: Officina da Casa Literária do Arco do Cego, 1799.

VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa: Casa Tipográfica do Arco do Cego, 1799.

### 2) Bibliografia

CABRAL, Osvaldo. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

GALVES, Marcelo Cheche. “Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão”. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013.

KURY, Lorelai. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. In: *História, ciência, saúde – Manguinhos*, vol.11, Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Paulo Gomes. “Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto”. In: *Revista Minas Gerais*, nº 27, julho de 1990.

MATOS, Felipe. “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”. *Anais da VII Jornada Setecentista*. Curitiba, 2007.

POHL, John Emmanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Governadores, bibliotecas e políticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII”. In: *Oficina do Inconfidente*, Ouro Preto, ano 2, nº 1, p. 77-98, dez. 2001.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Livrarias e leituras nas Minas Gerais da 2ª metade do século XVIII: o problema das fontes”. In: *Leitura e escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970*, III volume. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos da Educação, 1998.

WEGNER, Robert. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Vol. 11, 2004.

**Recibido: 12 de enero de 2015**

**Aprobado para publicación: abril de 2015**

**Pulicado: julio 2015**